Organizações, Instituições e Poder no Brasil

ORGANIZADORES

Marcelo Milano Falcão Vieira
Cristina Amélia Carvalho
Poder e institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática

Maria Ceci Misoczky

A elaboração deste ensaio tinha como objetivo promover uma interação entre a concepção de campo de poder, a partir de Bourdieu, e a abordagem institucionalista, a partir de DiMaggio e Powell. No entanto, o processo de elaboração e a avaliação crítica da primeira versão levaram a um novo caminho de reflexões, qual seja, o das possibilidades e implicações da interação paradigmática.

Este texto começa com uma apresentação das opções de postura disponíveis, frente ao tema dos paradigmas; logo a seguir, encontra-se a apresentação da sistematização realizada com o objetivo da interação; finalmente, as reflexões decorrentes. Destaque-se que estas reflexões expressam, evidentemente, a visão de mundo da autora sobre uma discussão sempre inacabada. Interlocuções serão sempre bem-vindas.

Integração, segregação ou jogo multiparadigmático?

O tema dos paradigmas tem sido abordado, nos estudos organizacionais, a partir das formulações de Burrell e Morgan (1979). Estas têm pautado a orientação e as diferentes posições sobre este tema, ao longo das últimas décadas, em um processo de quase auto-exclusão com relação aos debates

---

3 Agradeço especialmente aos avaliadores do Encontro da Anpad de 2001, da área de teorias organizacionais, que provocaram, a partir de suas críticas, duas novas versões deste texto. A primeira delas foi encaminhada para publicação na RAC, e a segunda é esta que aqui se encontra.
recentes da filosofia e das ciências sociais. Em um texto marcado pelo contexto em que foi produzido, estes autores definem paradigma, de modo diferente do utilizado por Kuhn (1978), como "diferentes perspectivas para análise do fenômeno social", concepções metateóricas que influenciaram o quadro de referências, o modo de teorizar e o modo operando dos teóricos sociais que operam dentro delas" (Burrell & Morgan, 1979:23). Estes autores apresentam quatro paradigmas mutuamente exclusivos — funcionalista, interpretativo, humanista radical e estruturalista radical — a partir da referência às antinomias subjetivo-objetivo e regulação-mudança radical. Segundo Burrell e Morgan (1979:25), não é possível uma síntese entre os paradigmas apresentados, pois estes "oferecem visões alternativas da realidade", "diferentes modos de ver". "É possível operar em diferentes paradigmas sequencialmente no tempo, mas não em um mesmo ponto no tempo, já que aceitar um paradigma implica desafiar as concepções dos demais" (eis aí a mútua exclusividade, a incomensurabilidade paradigmática).

Esta formulação acabou se tornando, no sentido kuhniano, um paradigma para estudos de organizações ou, na expressão de Willmott (1993:681), "um novo dogma" — o da mútua exclusividade, a partir do qual posições contrastantes ou de busca de consenso vêm se colocando.

Neste item são revisadas as principais posições relativamente ao "novo dogma", concluindo com a inclusão de uma concepção de paradigma que pode indicar outros caminhos para o debate.

---

2 Este comentário vai ficar exatamente assim, pontual, solto e sujeito a contestações. O objetivo deste ensaio não inclui esta discussão, ainda que este possa vir a ser um tema capaz de esclarecer as características dominantes da produção teórica no campo da administração como um todo, e dos estudos organizacionais em particular.

3 Kuhn (1978:30) define paradigma como um trabalho científico exemplar que cria uma tradição dentro de uma área especializada de atividade científica; ou seja, são realizações científicas universalmente reconhecidas que, por um período de tempo, fornecem soluções modelares para uma comunidade científica. Um paradigma possui duas características essenciais: "suas realizações foram suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários"; "simultaneamente suas realizações eram suficientemente abertas para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência". Segundo Hochman (1998:204), "a novidade trazida por Kuhn sobre a formação e funcionamento da comunidade científica, articulada com a criação/aceitação de um paradigma, é a noção de que o conhecimento científico da comunidade é uma convenção, com sua autoridade se baseando em um consenso sempre produzido".

---

Fabian (2000) discute as tensões e controvérsias na disciplina (administração). Para tanto, parte de uma definição de termos:

- teoria se refere a qualquer descrição ou explicação coerente do fenômeno observado ou experimental, a crenças sobre relações causais para gerar hipóteses relacionais;
- paradigma, às crenças e concepções aceitáveis para a geração de teorias sobre fenômenos;
- disciplina, ao foco comum de um conjunto de pesquisadores que podem realizar estudos a partir de vários paradigmas e/ou perspectivas teóricas.

Fabian (2000) organiza uma tipologia de abordagens disciplinares com o propósito de diferenciar entre os tipos de desacordo quanto ao paradigma e quanto à teoria, propondo, para isto, três critérios:

- Solidariedade — ênfase em um paradigma unificado — hegemonia do positivismo e consenso no método levaria à acumulação de conhecimento.

Integração — ênfase em poucos paradigmas selecionados — inclui três possibilidades:
- ênfase em um tipo de aplicação "macrocontingencial" de teorias individuais a situações ou organizações, ou seja, a integração paradigmática se dá através da construção de tipologias, de classificações detalhadas;
- abordagem multiparadigmática de um único fenômeno com diferentes paradigmas — Lewis e Grimes (1999) definem pesquisa multiparadigmática como aquela em que os pesquisadores se movem além da revisão da literatura e aplicam lentes de paradigmas divergentes empíricamente, conduzindo estudos paralelos ou sequenciais. Para Weaver e Gioia (1994), a perspectiva multiparadigmática bem-sucedida "precisa explicar como diferentes abordagens teóricas podem relacionar-se, mas precisa fazê-lo ao mesmo tempo em que preserva a genuína multiplicidade (isto é, relacionar não envolve a redução

4 Estes são empregados em função de sua utilidade para organizar os argumentos que seguem. Isto não significa que se ignore o viés positivista que informa sua construção.

de uma abordagem a outra) e sem abraçar acriticamente o 'paradigma' desunificador dos 'paradigmas' (isto é, a visão da pesquisa organizacional que — apelando para a incomensurabilidade — divide o campo em áreas metateoréticas mutuamente exclusivas). Um exemplo clássico e prévio a esta polêmica é, certamente, o estudo da crise dos mísses de Cuba por Allison (1969). Outro exemplo é o estudo desenvolvido por Hassard (1991),6 onde este autor defende a possibilidade de imersão na literatura, de modo a construir uma teoria e uma metodologia para cada um dos paradigmas de Burrell e Morgan (1979) para analisar o caso do Serviço de Bombeiros Britânicos.

**Interaçãoismo paradigmático.** Entre os defensores da abordagem interacionista encontram-se Gioia e Pitre (1990), que propõem a resolução de diferenças entre perspectivas teóricas a partir da construção de pontes entre os limites pouco claros (burrados) dos paradigmas, as zonas de transição. Lewis e Grimes (1999:4-14) desenvolvem um método para a construção teórica a partir de múltiplos paradigmas (metartransição), tendo como objetivo o uso da diversidade paradigmática para potencializar insights e criatividade, para “ajudar os teóricos a manusear sua racionalidade limitada e, assim, acomodar visões opostas dentro de um perspectivismo metaparadigmático”, que “tanto acomoda quanto desafia insights paradigmáticos opostos, refletindo a ambigüidade, complexidade e os conflitos experimentados pelos atores organizacionais”. Uma outra abordagem para a construção de metaparadigmas é proposta por Scherer e Steinmann (1999:5), a partir do construcionismo metodológico e da argumentação como meio para superar o “problema da incomensurabilidade”. No entanto, segundo esses autores, isto nem sempre pode ser possível — no pior cenário, a incomensurabilidade só se tornará aparente no fim de uma discussão. Ou seja, os oponentes tentam, primeiro, justificar a pretensão de validade de seus argumentos através da razão; sem participar desse jogo, os oponentes não podem saber que suas posições são incomensuráveis. “Isto vai ser
tornar claro somente quando demandam novas razões, repetidamente, na luta para encontrar bases comuns, mas não podem encontrar uma razão aceitável.” Além disso, nenhum começo mutuamente aceitável pode ser encontrado para servir como base para a construção de teses, porque tal começo comum não está presente em posições incomensuráveis. “Nesta situação os oponentes têm a escolha de decidir o conflito através do uso da força ou de interromper o raciocínio (mas não a argumentação). Em vez de encontrar ou descobrir bases comuns (que não estão disponíveis), os participantes devem tentar produzir um começo comum”, aprendendo mutuamente sobre os sistemas de orientação (Scherer & Steinmann, 1999:10-1). A referência utilizada pelos autores é a da fusão de horizontes, a partir de Gadamer (1997), que pode levar a que os participantes mudem seus próprios sistemas de orientação e, assim, a mudar a interpretação das diferenças.

**Segregação — ausência de paradigma dominante — inclui duas possibilidades:**

- os defensores do isolacionismo partem da incomensurabilidade paradigmática e argumentam pelo desenvolvimento em paralelo, em vez da luta por espaço contra um paradigma dominante;
- os defensores da reestruturação consideram que uma disciplina deve incluir uma vasta diversidade, tornando-se, inclusive, uma incubadora para novas disciplinas.

É interessante observar como a defesa das diferentes formas de integração paradigmática expressa preocupações que não diferem muito das de Donaldson (1985) e Pfeffer (1993), quais sejam: remover os “limites desnecessários ao processo de desenvolvimento teórico” construídos a partir de “conjuntos polarizados de concepções sobre ciência e sociedade” (Willmott, 1993:682); superar o “apartheid de paradigmas” que “impede a síntese, a integração e outras formas de unificação entre abordagens” (Weaver & Gioia, 1994:565); resolver diferenças através da revelação de convergências entre paradigmas e métodos (Calori, 1997); atingir acordos transcendentais através do diálogo (Scherer & Steinmann, 1999). Percebe-se o esforço para fazer com que a ideia de conflito desapareça por trás da suposição de que se trata de “meras diferenças superficiais” e de representações equivocadas a respeito de um processo dialético que “pode/irá produzir sínteses” (Jackson & Carter, 1993:705). Ou seja, um esforço para ordenar o debate

---

6 Em outro texto, Hassard (1990) defende que os pesquisadores podem ser treinados nos diferentes paradigmas de modo a “mudar as lentes com que olham a realidade simplesmente por querer mudá-las” (preservando-se o tom irônico usado por Parker e McHugh, 1991).
de modo que este possa progredir, e uma supervvalorização de acordos e consensos produzidos com o uso da ferramenta da razão. A possibilidade de que as diferenças sejam profundas implicaria aceitar como válidas posições definidas a partir de valores diferentes (e irreconciliáveis) quanto à visão sobre estar e agir no mundo. Mas, como se sabe, valores não fazem parte do referencial positivista.

Burrell, agora em parceria com Cooper (Burrell & Cooper, 1988:92), introduz outra antinomia incomensurável no campo dos estudos organizacionais — modernismo versus pós-modernismo: “o modernismo com sua crença na capacidade essencial da humanidade de se aperfeiçoar através do poder do pensamento racional e o pós-modernismo com seu questionamento crítico, e frequente rejeição total, do racionalismo etnocêntrico defendido pela modernidade”. Segundo estes autores, o modernismo se expressa, nos estudos organizacionais, entre outros modos, pela prática de tomar as organizações como produtos que se oferecem à análise com sua própria funcionalidade e funções.

Outra característica do modernismo é a fixação no consenso — condição necessária para “a harmonia mecânica entre antes interagindo funcionalmente” (Burrell & Cooper, 1988:98). Lyotard (1998) defende que o dissenso que move a vida social, através da manutenção de um estado contínuo de diferença e provocação, criticando tanto a supervvalorização do consenso — “a invenção se faz sempre no dissenso” — quanto a suposição de que a finalidade do diálogo, das argumentações, é o consenso — “o consenso não é senão um estado das discussões, e não o seu fim” (Lyotard, 1998: XVII e 118).

Uma última revisão de interação paradigmática é a das proposições de Schultz e Hatch (1996), que aceitam a incomensurabilidade entre os paradigmas da modernidade e da pós-modernidade, enquanto desenvol-

8 Pela dificuldade de encontrar uma tradução da palavra em que não houvesse perda de significado para o conceito, optou-se por mantê-la em inglês. Segundo o dicionário Oxford, interplay significa o modo como duas ou mais coisas têm efeito umas sobre as outras, como no exemplo do efeito da combinação de cores.

9 Posição semelhante é assumida por Deetz (1996), para quem é importante tentar compreender e aceitar trabalhos produzidos a partir de diferentes paradigmas, ainda que a separação seja necessária.

10 Por exemplo, entre as diferenças que contribuem para a incomensurabilidade, Lincoln e Guba (2000) mencionam o objetivo da produção de conhecimento — para os paradigmas positivista e pós-positivista, produzir conhecimento sobre o mun-
incomensurabilidade é, portanto, um problema somente quando os pesquisadores querem mover-se entre axiologias contraditórias e mutuamente exclusivas. Ou, ainda, como indica Burrell (1999:450), a crença na incomensurabilidade tem sua origem na política, tanto quanto na epistemologia. Os defensores das diversas formas de integração paradigmática dependem de "questões baseadas na lógica, teoria linguística e análise de discurso". "(...) falham em avaliar que não apenas o discurso sobre o poder mas, concomitantemente, o poder sem o discurso é muito mais fraco. Diálogo é uma arma do poder" (Burrell, 1999:451).

Estas últimas referências transferem a discussão sobre paradigmas para um outro nível, no qual valores são centrais. Sendo assim, a resposta à pergunta que inaugura este item — "integração, segregação ou jogo multiparadigmático" — não pode ser outra além de "depende". Dependendo do referencial de que se parte, do objetivo que se busca, do contexto em que se está, dos valores em que se acredita; depende, enfim, da situação a partir da qual se produzem os enunciados.

Os itens que seguem jogam com algumas dessas perguntas-respostas. O ponto de partida é o desejo de integrar duas perspectivas — a de campos de poder, a partir de Bourdieu, e a do institucionalismo, principalmente a partir de DiMaggio e Powell, cujos limites já se haviam aproximado11 —, ainda que de modo muito precário e marginal como se verá, e da expectativa de que de tal integração resultasse uma formulação com maior potencial para compreender processos de institucionalização. Além disto, tendo chegado a Bourdieu através da leitura de DiMaggio e Powell, parece que se trata mais um dos natural fazer o caminho de volta. Ou seja, retornar ao institucionalismo após uma leitura crítica do mesmo e com uma leitura do próprio Bourdieu, e refletir sobre as implicações, para os estudos organiza
tionais, teria este "transporte" de conceitos. No entanto, ao se realizarem os procedimentos de sistematização (mediados pelo instrumento da razão, ou seja, segundo os preceitos do modernismo), as coisas não foram tão simples assim. Mas esta é outra história, a ser contada mais adiante. Por enquanto, segue-se uma reprodução deste exercício sistemático de busca de interação entre perspectivas teóricas.

Poder e ação em Bourdieu e na perspectiva institucional

O predominio das abordagens sistêmicas tem representado, para os estudos organizacionais, uma dificuldade para compreender processos socialmente construídos e, em grande medida, processos de mudança. A ação é abordada, seguindo a tradição da sociologia da ação de Parsons (1967), tendo como referência processos de mudança em que esta é vista como um problema que se coloca para um conjunto preexistente, problema que só pode ser resolvido mediante a integração de elementos novos a este conjunto. Assim, a mudança pode implicar tanto um "aumento quantitativo da magnitude do sistema", quanto "mudança qualitativa", ou "diferenciação estrutural e desenvolvimento simultâneo de modelos e mecanismos que integram ou unificam as partes diferenciadas" (Parsons, 1967:84). Assim, o foco se dirige para a relação entre o ator e objeto de sua ação (Ricoeur, 1988).

O ponto de partida da teoria sistêmica está na premissa de que a natureza da realidade social é um conjunto de fenômenos materiais ou ideias, crenças e hábitos "externos" ao comportamento dos indivíduos. Esta abordagem tem sido amplamente utilizada para determinar o substrato social (as condições, as situações, os contextos, os padrões de comportamento) em que os atores sociais convivem e interagem. Mas este tipo de análise não nos diz como os atores compreendem este substrato, como percebem o papel dos outros e como moldam seus comportamentos em conformidade com o que interpretam (Alves, 1995). Também não permite que se compreenda como ocorrem processos de transformação intencional, ou seja, como a ação interativa entre atores sociais dotados de vontade (ainda que limitados por fatores estruturais) provoca mudanças. —

A influência de Berger e Luckmann (1999), assim como a de Giddens (1989), tem contribuído para problematizar a relação estrutura/ágênci nos estudos organizacionais. No entanto, a influência dos primeiros, além de conter em si própria a limitação de ser uma abordagem da preservação e

reprodução de padrões institucionalizados, em que a mudança é uma variação ao longo do tempo que ocorre somente quando as instituições se tornam “problemáticas” (de novo a referência sistêmica), tem sido bastante marginal, como se verá mais adiante. No que se refere às formulações de Giddens (1989), novamente se encontram limitações, como a apontada por Clegg (1990), segundo a qual a noção de dualidade da estrutura pro- mete mais do que cumpre — a dualidade permanece firmemente ligada ao lado individualista e voluntarista do dualismo, já que os argumentos centrais contra a perspectiva estrutural, que se vinculam aos momentos coletivos e objetivos da realidade social, não são considerados. Do mesmo modo, Giddens (1989) parece não perceber a necessidade de alguma noção de “estrutura objetiva” para uma resolução coerente da problemática agente/estrutura; é como se os agentes atuassem em uma situação ideal, não constituída a partir de interesses. Além disso, este autor incorpora a concepção parsoniana do poder como a capacidade de atingir resultados, como um meio, ignorando que a obtenção de recursos de poder pode ser também um fim.

Acredita-se que as formulações de Bourdieu podem propiciar um outro olhar sobre o tema da ação social e da mudança, e que este outro olhar pode propiciar uma outra compreensão dos fenômenos organizacionais. Como afirma Gadamer (1997:444), “compreender não é compreender melhor, nem saber mais, no sentido objetivo, em virtude de conceitos mais claros (...) Bastaria dizer que, quando se logra compreender, compreende-se de um modo diferente.”

**Campos de poder e ação em Bourdieu**

Bourdieu (1996a:10) desenvolve uma filosofia da ação cujo ponto central é a relação, de mão dupla, entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do habitus). Precisamente, portanto, com as relações, e não com realidades fenomênicas nas quais elas se manifestam. Opõe-se tanto à ênfase antropológica na linguagem quanto ao estruturalismo, recusando-se a reduzir os agentes (eminentemente ativos e atuantes) a simples fenômenos da estrutura.

Apesar da aparente semelhança com a teoria da estruturação, não é correto incluir Bourdieu entre seus proponentes. Bourdieu antecipa Giddens em mais de uma década no tratamento da oposição entre objetivismo e subjetivismo, que forma o centro do seu projeto. Além disso, enquanto o primeiro tem demonstrado sempre a intenção de enfrentar novos objetos empíricos e pouco interesse no refinamento teórico, o segundo está centralmente preocupado com temas de ontologia social e conceituação (Wacquant, 1992).

Ao caracterizar seu trabalho, Bourdieu (1990:149) escolheu o termo “construcionismo” estruturalista”, tendo, logo em seguida, acrescentado a designação inversa — “estruturalismo construcionista” —, expressando a articulação dialética entre objetivismo e subjetivismo na sua teoria, ou seja, a articulação dialética entre estruturas mentais e sociais.

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos — linguagem, mídia etc. —, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construcionismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamamos de habitus e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamam de campos e grupo, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais.

Bourdieu (1996a:24 e 49) propõe a substituição da lógica de classes pela de espaço social. O autor reconhece a contribuição deste para o trabalho político, mas considera que as classes existem no espaço social, ainda que em estado virtual, não como um dado, mas como “algo que se trata de fazer”. Assim, falar de espaço social, como um espaço de diferenças que contêm o princípio de uma apreciação relacional do mundo social, é resolver, fazendo-o desaparecer, o problema da existência ou não das classes, “sem negar o essencial do que os defensores da noção acreditam afirmar através dela, isto é, diferenciação social, que pode gerar antagonismos individuais e, às vezes, conflitos coletivos entre os agentes situados em posições diferentes no espaço social”.

---

12 Uma tradução literal da referência utilizada e que se encontra em inglês indicaria o uso da palavra "construcionismo", em vez de "construcionismo". Esta opção segue uma tendência encontrada em publicações sobre o tema na América Latina, tendo em vista o interesse em diferenciar a abordagem construtivista do campo da educação.
Toda a realidade que o espaço social designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres que são diretamente visíveis, aparentes, tanto em nível individual quanto de grupos, existem e subsistem enquanto ocupam posições relativas em espaços de relações que, ainda que invisíveis e difíceis de expressar empiricamente, se constituem na realidade primeira e última, já que comandam até as representações que os agentes sociais podem ter deles.

Se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que estas construções não se dão no vazio social (...) a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo.

(Bourdieu, 1996a:27)

Assim, os espaços sociais só podem ser compreendidos pela identificação do princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade — a estrutura de distribuição de formas de poder (tipos de capital) eficientes no universo social considerado e que variam, portanto, de acordo com lugares e momentos.

A topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura de distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou transformação da estrutura.

(Bourdieu, 1996a:50)

Os diversos campos, mundos sociais relativamente autônomos, exigem daqueles que neles estão envolvidos um saber prático das leis de funcionamento desses universos, isto é, um habitus adquirido pela socialização pré-via e/ou por aquela que é praticada no próprio campo. Os campos mais altamente especializados suprem e exigem um saber prático das leis tácitas do seu funcionamento. Ou seja, o habitus é um corpo socializado, um corpo estruturante, um corpo que incorporou as estruturas (oríundas do trabalho histórico de gerações sucessivas) imanentes de um mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção como a ação nesse mundo (Bourdieu, 1996b).

É importante destacar que os conceitos de habitus e de campo designam feixes de relações. Um campo é composto por um conjunto de relações históricas e objetivas ancoradas em certas formas de poder (tipos de capital), enquanto o habitus é composto por um conjunto de relações históricas depositadas dentro dos corpos individuais, sob a forma de esquemas mentais e corporais de percepção, compreensão e ação (Wacquant, 1992).

Nestes termos, a noção de sociedade é substituída pela de campo e de espaço social. Cada campo prescreve seus valores particulares e possui seus próprios princípios regulativos. Bourdieu (1990) não se satisfaz com a existência de regras e regularidades. Para ele o jogo social é regado, é lugar de regularidades, mas não segue regras constantes. "Para construir um modelo de jogo que não seja nem o simples registro de normas explícitas, nem o enunciado de regularidades, mas que integre umas e outras, é preciso refletir sobre os modos de existência diferentes dos princípios de regulação e regularidades das práticas: há, naturalmente, o habitus, essa disposição regada para gera condutas regadas e regulares, à margem de qualquer referência às regras" (Bourdieu, 1990:83-4).

Os princípios delimitam um espaço socialmente estruturado em que agentes lutam, dependendo de posições que ocupam no campo, seja para mudar, seja para preservar seus limites e forma. A questão do limite do campo é difícil, simplesmente porque ele é sempre um objeto de disputa no próprio campo. Os participantes do campo trabalham, constantemente, para se diferenciar de seus rivais mais próximos, para reduzir a competição e estabelecer um monopólio sobre um subsector particular do campo. Assim, os esforços constantes dos membros do campo para impor critérios de competição e de pertencimento podem ser mais ou menos bem-sucedidos, dependendo de conjunturas particulares. Portanto, os limites do campo só podem ser determinados de modo empírico e em cada situação (Bourdieu & Wacquant, 1992).

Segundo Wacquant (1992), duas propriedades são centrais a esta abordagem:
um campo é um sistema padronizado de forças objetivas, uma configuração relacional dotada de uma gravidade específica que é imposta a todos os objetos e agentes que entram nele. Como um prisma, refrata forças externas de acordo com a estrutura interna. A base de transcendência, revelada por casos de inversão de intenção, de efeitos objetivos e coletivos de ação acumulada, é a estrutura do jogo, e não um simples efeito de agregação mecânica;

um campo é, simultaneamente, um espaço de conflito e competição, um campo de batalha em que os participantes visam ter o monopólio sobre os tipos de capital efetivos, e sobre o poder de decretar hierarquias e uma “taxa de conversão” entre todos os tipos de autoridade no campo do poder. No decorrer das batalhas, as formas e as divisões do campo se tornam o objetivo central, porque alteram a distribuição e o peso relativo dos tipos de capital (das formas de poder) é fundamental para modificar a estrutura do campo.

Os campos sociais, por sua vez, estão contidos em um espaço social global que é um campo de forças e de lutas, um campo de poder e, simultaneamente, se constituem em campos de poder onde tipos de capital pertinentes e valorizados existem em determinadas estruturas de distribuição e são objeto de disputa. “Em cada momento, o que define a estrutura do campo é o estado das relações de força entre os jogadores” (Bourdieu & Wacquant, 1992:99).

O campo do poder é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, “entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital”, para conseguir dominar o campo correspondente e cujas “lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão” (Bourdieu, 1996a:50). Portanto, a categoria central para compreender as relações entre agentes dentro dos campos sociais, assim como as relações de interdependência entre os diversos campos sociais e destes com o campo do poder, exatamente, o poder e sua reprodução. Como nenhum poder pode se satisfazer simplesmente com a sua existência como poder, isto é, como força bruta inteiramente despida de justificação, é preciso justificar sua existência, ou pelo menos, assegurar que sua natureza arbitrária não seja reconhecida. Para isso, faz-se necessário, dentro de cada campo social e no campo do poder, um princípio de legitimidade legitimado e, inseparavelmente, um modo legítimo de reprodução das bases da dominação.

O campo do poder é um campo de forças estruturalmente determinado pelo estado das relações de poder entre tipos de poder, ou diferentes tipos de capital. Também é, de modo inseparável, um campo de lutas de poder entre os detentores de diferentes formas de poder, um espaço de jogo em que aqueles agentes e instituições possuidores de suficiente capital específico são capazes de ocupar posições dominantes dentro de seus campos respectivos, e confrontar os demais utilizando estratégias voltadas para preservar ou transformar as relações de poder.

Os tipos diferentes de capital são tipos específicos de poder que são ativos em um ou outro campo (de forças e lutas), gerados no processo de diferenciação e autonomização. Dentro destes diferentes espaços de jogo, surgem tipos característicos de capital que são, simultaneamente, instrumentos e objetos de disputa.

(Bourdieu, 1996b:265)

Desta luta entre os agentes envolvidos em cada campo resultam processos de acumulação ou de transformação. Os agentes podem atuar para aumentar ou conservar seu capital (poder), em conformidade com as regras tácitas do jogo e com os pré-requisitos da sua reprodução; mas eles também podem transformá-lo, parcial ou completamente, pela mudança das regras imanentes do jogo através de estratégias que mudam, por exemplo, o valor dos diferentes tipos de capital — a “taxa de conversão” (Bourdieu & Wacquant, 1992).

As lutas inerentes aos campos sociais, e a consequente mobilização dos tipos de capital (de poder), ocorrem pela existência de interesses em jogo. Ter interesse é “estar em”, é participar, é admitir que o jogo merece ser jogado e que os alvos envolvidos merecem ser perseguidos. Os interesses são socialmente constituídos e apenas existem na relação com um espaço social no interior do qual certas coisas são importantes e outras são indiferentes para os agentes socializados, constituídos de maneira a criar diferenças correspondentes às diferenças objetivas nesse campo. Ao mesmo tempo, querer fazer parte das mudanças na estrutura de poder em um campo é ter em comum com os oponentes a concordância com o fato de que “vále a pena lutar a respeito das coisas que estão em jogo no campo” (Bourdieu, 1996a:141).
Estas lutas, disputas de interesse no jogo em um campo, não ocorrem pela ação sem sentido de agentes sociais, o que não significa supor que estes sejam racionais, que têm razão para agir como agem e que suas ações sejam dirigidas por essas razões. "Eles podem ter condutas razoáveis sem serem racionais, podem ter condutas às quais podemos dar razão, como dizem os clássicos, a partir da história da racionalidade, sem que essas condutas tenham tido a razão como princípio" (Bourdieu, 1996a:138).

A redução ao cálculo consciente, o autor opõe a relação de complicidade de infraconsciente entre o agente e o mundo social, entre o habitus e o campo.

Os agentes sociais que têm o sentido do jogo, que incorporam uma cadeia de esquemas práticos de percepção e de apreciação que funcionam, seja como instrumentos de construção da realidade, seja como princípios de visão e de divisão do universo no qual eles se movem, não têm necessidade de colocar como fins os objetivos de sua prática. Eles não são sujeitos diante de um objeto (ou, menos ainda, diante de um problema, que será constituído como tal por um ato intelectual de conhecimento); eles estão, como se diz, envolvidos em seus alicerces, eles estão presentes no por vir, no a fazer, no fazer, correlato imediato da prática (praxis) que não é posto como objeto do pensar, como possível visado em um projeto, mas inscrito no presente do jogo.

(Bourdieu, 1996a:143)

A relação com o futuro, com o projeto que coloca o futuro como futuro, isto é, como possível constituido, o autor opõe a antecipação pré-perceptiva, como uma relação com um futuro que é quase um presente. Ou seja, as antecipações pré-perceptivas são uma espécie de indução prática fundada na experiência anterior, não sendo dadas a um sujeito em estado puro, mas criadas pelo habitus no sentido do jogo. As estratégias também dependem do estado da problemática, isto é, do espaço de probabilidades herdado de lutas anteriores, que tende a definir o espaço de tomadas de posição possíveis e a orientar a busca de soluções.

Finalmente, a análise em termos de campo envolve três momentos necessários e internamente conectados (Bourdieu & Wacquant, 1992): analisar a posição do campo em relação ao campo de poder; mapear as estruturas objetivas das relações entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições que competem pela forma de legitimidade da autoridade específica em cada campo; analisar o habitus dos agentes, os diferentes sistemas de disposições que foram adquiridos pela internalização de determinados tipos de condições sociais e econômicas e que encontram, dentro do campo em estudo, em uma trajetória definida, condições mais ou menos favoráveis para se concretizarem.

Entre as importantes contribuições das formulações de Bourdieu, pode-se destacar a de permitir o desvendamento de mecanismos profundos de poder; a idéia da autonomia relativa dos campos sociais em relação ao campo de poder (ou seja, a não-determinação da superestrutura), a idéia de que a história do campo é a que se faz através da luta entre os concorrentes no interior do mesmo; a possibilidade de identificar as posições relativas que os agentes ocupam a partir da visão do campo como um espaço de relações de poder, onde pode estar presente a referência aos pólos opostos do dominante e do dominado; a possibilidade de estudar as estratégias dos agentes que compõem o campo e nele têm interesses em disputa, mobilizando tipos de capital (recursos de poder) nesta disputa.

**Estrutura e ação na perspectiva institucional**

Hirsch e Lounsbury (1997) localizam a teoria institucional como a perspectiva, dentro dos estudos organizacionais, em que se concentra o debate entre os que defendem a ênfase na ação e os que defendem a ênfase na estrutura.

DiMaggio e Powell (1991a), ao apresentarem o "novo" institucionalismo em termos de uma oposição ao "velho", descrevem o "velho" como vinculado à perspectiva da ação, com foco em dinâmicas, mudança, construção social e valores; e, em contradição, o "novo" como vinculado à escola estruturalista, com foco na estabilidade, em resultados, na dominação e continuidade do ambiente (Hirsch & Lounsbury, 1997).

No entanto, ao se olhar mais atentamente para a teoria da ação presente no velho institucionalismo, encontrar-se-á, no seu centro, o funcionalismo e Parsons e, em conseqüência, a abordagem de mudança como algo funcional à estabilidade. Ou seja, defende-se que esta contradição é falsa, na medida em que "velho" e "novo" estão vinculados a modelos positivos e funcionais de pensamento.

No estudo clássico que analisa a origem e desenvolvimento da Tennessee Valley Authority, Selznick (1949) aborda como os objetivos formais da...
organização são limitados e, mesmo, modificados, pelas influências irracionais decorrentes dos grupos informais, de conflitos entre grupos, das políti cas de recrutamento, da dependência de grupos externos, dos valores e da estrutura de poder da comunidade em que se encontra, da legislação pertinente, da luta por prestígio. Nesse processo, a organização é apanhada em uma rede de relações que a impede de atingir suas metas, que subverte seus valores, que força a desenvolver mecanismos adaptativos. Um destes mecanismos é a ideologia, que serve para infundir valor, promover a comunicação interna, desenvolver a unidade e homogeneidade, propiciar a consistência entre os valores da comunidade externa e dos membros internos. Outro mecanismo é a cooptação, a acomodação das necessidades da organização aos interesses externos. Resulta desse processo adaptativo uma visão da organização como sendo autônoma, e da mudança como evolução. As pessoas, por sua vez, não são capazes de ação autônoma, portadora de significado, cabendo à organização (com metas e estrutura) representar a moral comum e o padrão normativo da sociedade.

A influência de Parsons se reflete em vários aspectos: ênfase na cognição e na motivação do comportamento organizacional; poder que existe ou sobrevive somente se é legitimado pela sociedade, o que confere um manto de moralidade para a organização (Perrow, 1986); foco na ordem e na reprodução; mudança como processo evolutivo; vínculo entre normas do ambiente e estrutura organizacional.

O novo institucionalismo, por sua vez, sugere que as preferências individuais e categorias básicas de pensamento, como self, ação social, Estado e cidadania, são moldadas por forças institucionais; enfatiza os modos como a ação é estruturada e a ordem tornada possível através de sistemas de regras compartilhados, que tanto limitam a inclinação e capacidade dos atores para otimizar, quanto privilegiam alguns grupos, cujos interesses estão segmentados por prêmios e sanções.

DiMaggio e Powell (1991a:35) esclarecem que utilizam “o termo ação referindo-se a comportamento social”, enfatizando seu afastamento do reducionismo ao individual e ao racional. No entanto, ao igual ação a comportamento social, enfatizam aspectos reativos em detrimento da ação estratégica, de caráter intencional. Esta concepção de ação, somada à ênfase no ambiente, leva a que seu trabalho mais referido (DiMaggio & Powell, 1991b) seja, frequentemente, criticado por envolver um excessivo determinismo do ambiente.

DiMaggio e Powell (1991b:64-5) mudam o nível de análise, que deixa de ser a organização (como em Selznick) e passa a ser o setor ou campo organizacional, noção que deriva das formulações de Bourdieu.

Por campo organizacional queremos representar aquelas organizações que, em um agregado, constituem uma área reconhecida de vida organizacional: fornecedores-chave, consumidores e produtores de recursos, agências reguladoras, e outras organizações que produzem serviços ou produtos similares. A virtude desta unidade de análise é que ela dirige nossa atenção não apenas para firmas em competição, como faz a abordagem da população (...), ou para redes de organizações em interação real, como faz a abordagem da rede interorganizacional (...), mas para a totalidade dos atores relevantes. Ao fazê-lo, a ideia de campo corresponde a importância tanto da conexão quanto da equivalência estrutural.

Wacquant (1992) reconhece que, embora um número selecionado de conceitos tenha sido utilizado de modo proeminente por autores americanos em algumas áreas específicas de pesquisa, a obra de Bourdieu, como um conjunto articulado, tem sido amplamente mal compreendida. Em decorrência, existe uma variedade confusa de interpretações, de críticas, e de reações contraditórias. Acredita-se que este é caso dos autores aqui abordados, que empobrecem a formulação original da noção de campo, transformando o poder, de categoria central, em um fantasma que se deduz estar presente por trás de relações de dominação ou das relações entre as organizações presentes no campo; já que sua presença, como categoria estruturante do campo, não está explícita. Segundo Colignon (1997), o conceito de campo perde o sentido de conflito, sendo definido em termos funcionais, como normativamente integrado, e tendo homogeneidade e interdependência como categorias operativas. Ou seja, como em Parsons, o poder torna-se uma propriedade sistêmica.

Assim, em DiMaggio e Powell (1991a), o campo organizacional é um sistema cultural composto por valores mutuamente consistentes, crenças, símbolos, categorias cognitivas e outros elementos, que define o espaço da racionalidade, o espaço para a ação, para a institucionalização. A estrutura de um campo organizacional pode, para estes autores, ser definida com base na pesquisa empírica (nisto coincidindo integralmente com Bourdieu). O processo de estruturação (segundo a influência de Giddens, 1989) pre-
cede o de institucionalização, representando o momento da interação entre instituições sociais e ação social.

Como os campos só existem na medida em que são institucionalizados, é preciso compreender o processo de institucionalização, que consiste em quatro partes: um aumento na interação entre organizações no campo; a emergência de estruturas interorganizacionais de dominação e de padrões de coalizão claramente definidos; um aumento na carga de informação; o desenvolvimento de múltiplas atenções entre os participantes. Uma vez que as organizações estão estruturadas em um campo, emergem forças que as levam a tornar-se similares umas às outras. “Organizações podem mudar suas metas ou desenvolver novas práticas, e novas organizações podem entrar no campo. Mas, no longo prazo, atores organizacionais tomando decisões racionais, construam em torno de si um ambiente que limita a sua habilidade para a mudança ao longo dos anos” (DiMaggio & Powell, 1991b:65).

A ênfase não é na relação entre agentes, que tendem a perder importância, até quase o desaparecimento. Na medida em que o campo se estrutura, se institucionaliza, ganha estabilidade, a ação se torna cada vez mais adaptativa, reativa às pressões do ambiente. “Organizações em um campo estruturado (...) respondem a um ambiente que consiste de outras organizações respondendo ao seu ambiente, que consiste de organizações respondendo a um ambiente de respostas de organizações” (DiMaggio & Powell, 1991b:65). Ou seja, desaparece a possibilidade da ação estratégica.

Na melhor aproximação das formulações de Bourdieu, DiMaggio (1991) busca compreender de onde os campos se originam, estudando a estruturação do campo organizacional dos museus de arte como um projeto profissional. Aqui está presente o agente estratégico, no caso representado pelas profissões, e uma ideia de competição, de disputa pela estruturação do campo. No entanto, o próprio uso da categoria profissão contradiz a forma recomendada por Bourdieu (1998:40) para a definição do objeto de pesquisa. Este autor critica o uso da categoria profissão, afirmando que ela é, em si mesma, o produto de todo “um trabalho de construção de um grupo e de uma representação de grupos, que se insinuou docemente no mundo social”. Ao refletir sobre o conceito de profissão, Bourdieu pergunta, então, se este não se refere, na verdade, a um campo. Esta pequena observação serve para apontar a distância entre a complexidade da análise proposta por Bourdieu e o modo singelo como viajou até o campo dos estudos organizacionais na perspectiva institucionalista.

Ainda no artigo já mencionado, DiMaggio (1991) conclui que as estruturas do campo que emergiram fora do limite de qualquer museu particular formam um ambiente construído profissionalmente, sendo o espaço de muitos atores organizacionais que desejavam uma mudança na estrutura e missão dos museus. No entanto, mesmo enfatizando que a estruturação do campo foi o espaço para que os trabalhadores dos museus aumentassem sua própria autoridade, não se conseguiu ver a configuração resultante como expressão de uma luta de poder que, supõe-se, ocorreu. Neste caso, pode-se dizer que o conceito de profissão serviu para encobrir, homogeneizar, os interesses conflitantes entre os atores envolvidos.

Em outro artigo, DiMaggio (1988) já havia tentado encontrar um espaço para a ação estratégica, introduzindo a figura dos empreendedores institucionais como agentes que têm interesse em estruturas institucionais específicas. Além disso, os empreendedores têm como objetivo o controle de novas instituições. Os scripts se tornam, então, objetos de considerações estratégicas e sua estabilidade somente reflete a falta de recursos do lado dos agentes que podem ter interesse na sua alteração. No entanto, segundo Beckert (1999), não fica claro como se concilia a existência de scripts com a possibilidade de ação intencional, além de haver um viés elitista na conceção do empreendedor institucional.

Nestes dois artigos, ação e instituição estão analiticamente separadas. A fase de estruturação é aquela em que se pode focalizar a agência. Com a fase de institucionalização, o foco passa para a instituição, desaparecendo o papel da agência. Assim, a variação só apareceria na fase inicial do desenvolvimento do campo (estruturação). Nas fases seguintes (de institucionalização), passam a existir mecanismos que levam a um processo de homogeneização, de isomorfismo, que força uma unidade em uma população a se parecer com outras unidades que estão sujeitas às mesmas condições ambientais, e que competem não apenas por recursos e consumidores, mas também por poder e legitimidade institucional, por adequação econômica e social (DiMaggio & Powell, 1991b). Para Colignon (1997), estes mecanismos representam, para os novos institucionalistas, o mesmo que socialização e controle social representavam para os velhos.

Neste momento, é útil retomar alguns aspectos das formulações de Parsons, na medida em que se define que a influência das mesmas é muito maior do que o ponto de afastamento. Este último se refere à crítica, feita por DiMaggio e Powell (1991a), de que a solução encontrada
por Parsons para a sua teoria geral da ação é incompleta por três motivos: uma ênfase excessiva nos aspectos valorativos da cultura e orientação da ação, quase excluindo aspectos cognitivos; o tratamento da ação como se fosse um produto de agentes racionais; a superação da compreensão da consistência intersubjetiva pelos desenvolvimentos da psicologia. Assim, os autores afastam-se da preocupação de Parsons com os aspectos de cálculo racional da cognição para focalizar em como processos pré-conscientes e esquemas entram na rotina, em comportamentos não-questioneáveis (atividade prática), e nas dimensões valorativa e afetiva da ação como intimamente ligadas e, em grande medida, subordinadas à cognição.

Embora os autores não expressem o que incorporam das formulações de Parsons, considera-se que este fornece a principal referência, sendo quase um fio condutor para o desenvolvimento de alguns pontos-chave. Em uma nota ao fim do texto em que mencionam a sugestão de Jeffrey Alexander, de que a visão de Parsons de valores e normas é muito mais consistente com a imagem de scripts, regras e classificações que o reconhecido pelos institucionalistas, e de que Parsons antecipou muito da teoria da ação prática, DiMaggio e Powell (1991a:36) apenas reconhecem que a crítica parsoniana ao utilitarismo, sua visão de autonomia analítica de níveis de análise e sua preocupação com a orientação dos atores são precursoras das abordagens contemporâneas que discutem. Colignon (1997:285) afirma que a base fundamental, tanto do velho quanto do novo institucionalismo, está na teoria de sistemas de Parsons. Cita Hydebrand quando este afirma que, embora “a dimensão tenha sido ampliada, sua coerência interna e precisão tem sido enfraquecida pela incorporação de vários aspectos da sociologia tradicional, apesar da omissão do progenitor mais óbvio do institucionalismo — a teoria de sistemas parsoniana”. Na mesma linha, Hirsch e Lounsbury (1997) chamam atenção para o que reconhecem como uma ironia — a grande similaridade do novo institucionalismo com o modelo parsoniano, frequentemente criticado por ser muito comprometido com o isomorfismo e com a legitimidade das estruturas existentes, por ser muito focalizado na estabilidade e não na mudança, e por ser muito lento para ver conflito e mudança como endógenos.

Vejamos alguns desses aspectos parsonianos e como se fazem presentes nos trabalhos aqui mencionados.

Quadro 1
Comparação entre aspectos que compõem as formulações de Parsons e as de DiMaggio e Powell

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Preocupação com o modo como a ordem social pode ser assegurada com base na ação não-coercitiva.</td>
<td>Preocupação com o modo como a legitimidade da lógica institucional promove a estabilidade.</td>
</tr>
<tr>
<td>Processos normativos, que fornecem a pluralidade de ordens morais.</td>
<td>Normas aceitas com base em valores tornam o espaço de ação limitado.</td>
</tr>
<tr>
<td>Sistema social como uma pluralidade de atores individuais interagindo em uma estrutura ou ambiente.</td>
<td>Interação das organizações em um campo ou setor organizacional, que formam o ambiente.</td>
</tr>
<tr>
<td>A motivação para ação é a obtenção da satisfação de interesses.</td>
<td>O princípio da utilidade é relativizado, mas a motivação para a ação continua sendo o interesse, com ênfase na sobrevivência da organização.</td>
</tr>
<tr>
<td>A ação é vista pela ótica do comportamento reactivo, fundado na cultura.</td>
<td>A ação é vista como comportamento social.</td>
</tr>
<tr>
<td>A relação entre os atores e destinos do ambiente é definida e mediada por um sistema comum de símbolos culturalmente elaborados, fator de ordem.</td>
<td>Valores, símbolos, scripts e esquemas de classificação promovem a estabilidade no campo organizacional.</td>
</tr>
<tr>
<td>Os processos dinâmicos são vistos como mecanismos (categorias estruturais) que influenciam o funcionamento do sistema.</td>
<td>Mecanismos de homogeneização influenciam o funcionamento do campo, sendo também vistos como processos.</td>
</tr>
<tr>
<td>Atores seguem padrões de conduta inculcados e orientações normativas do contexto em que a ação social ocorre.</td>
<td>O mesmo.</td>
</tr>
<tr>
<td>Poder é fator de manutenção da ordem social. A submissão (aceitação do poder) é condição de legitimidade do poder.</td>
<td>O poder legitimado, institucionalizado, é fator de estabilidade.</td>
</tr>
<tr>
<td>Mudança como evolução cultural, como mudança nos sistemas de valores, normas e ideias.</td>
<td>Mudança como alteração de valores, scripts, símbolos e esquemas de classificação, ou seja, mudança cultural.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Berger e Luckmann (1999) têm sido criticados por considerarem a estrutura como mero agregado de estratégias individuais e de atos de classificação (Wacquant, 1992); por separarem ação e objetividade de estrutura e objetividade, como se fossem dois momentos desarticulados (Willmott, 1990); por incorporar as relações de poder apenas sob a ótica do controle social (Willmott, 1990); por restringir a mudança a variações (evolutivas) ao longo do tempo e a soluções para situações problemáticas. Apesar destas críticas, sua contribuição tem sido amplamente reconhecida como fundamental para relativizar a importância da estrutura na construção da realidade, e para a ampliação correspondente do espaço das possibilidades humanas inseridas em processos históricos; além de ser uma das bases para o desenvolvimento da abordagem construtivista em pesquisa social.

Ainda que com uma década de atraso, Berger e Luckmann aportem nos estudos organizacionais através de Meyer e Rowan (1977), que discutem a institucionalização como um processo em que estruturas são legitimadas não por conta de sua eficiência, mas pelos sentimentos dos atores organizacionais com relação a estas. DiMaggio e Powell (1991b), citando os colegas institucionalistas, e não os autores originais, continuam neste caminho ao afirmar que, no longo prazo, atores organizacionais tomam decisões racionais que constroem, em seu entorno, um ambiente que limita sua habilidade de para mudar no futuro.

Bowring (2000) mostra como, na transição de Berger e Luckmann para Meyer e Rowan, a institucionalização é transformada de um processo em um conjunto de regras, como a orientação para a definição social se torna uma orientação para fatos sociais. Ou seja, a organização e seu ambiente não são mais definidos pelos atores que os constroem, tornam-se equipamentos sociais que existem por si mesmos. A autora aponta, ainda, que artigos subsequentes vinculados à perspectiva institucionalista citam, geralmente, Meyer e Rowan (1977) e que, ao fazê-lo, reificam a organização e o ambiente institucional, conferindo-lhes atributos que são, na verdade, dos atores que os compõem e os moldam. Desse modo, a responsabilidade pela construção da realidade e pela ação dos atores nas organizações é colocada onde não poderia estar. Além disso, estes artigos contribuem para perpetuar o caminho positivista como a corrente dominante nos estudos organizacionais.

**Possibilidades de interação paradigmática**

No quadro 2, a seguir, apresentam-se diferentes possibilidades de interação: nas linhas em cinza-claro, aspectos em que a interação parece possível; nas linhas em cinza-escuro, aspectos mutuamente exclusivos; na linha branca, diferenças paradigmáticas mutuamente exclusivas do ponto de vista da axiologia.

**Quadro 2**

**Possibilidades de interação entre as formulações de Bourdieu sobre campos de poder e as da perspectiva institucional (a partir de DiMaggio e Powell)**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Campos de poder — Bourdieu</th>
<th>Perspectiva institucional</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Foco em processos, em relações.</td>
<td>Foco em resultados, em realidades fenômenicas.</td>
</tr>
<tr>
<td>Os agentes são ativos e atuantes.</td>
<td>Os agentes são fenômenos da estrutura.</td>
</tr>
<tr>
<td>Ação tem caráter intencional.</td>
<td>Ação é igual, comportamento social é relativo e adaptável.</td>
</tr>
<tr>
<td>A organização é uma construção social.</td>
<td>A organização é reificada.</td>
</tr>
<tr>
<td>Gênesis social dos esquemas de percepção e da estrutura.</td>
<td>Enfase em aspectos cognitivos e motivacionais.</td>
</tr>
<tr>
<td>Relações de poder e disputas de interesse estruturam o campo.</td>
<td>Sistemas culturais estruturam o campo organizacional.</td>
</tr>
<tr>
<td>Campos: atores em interação, conflito e competição por tipos de capital (de poder).</td>
<td>Campos: agregado de organizações em conflito ou cooperação a partir de influências do ambiente.</td>
</tr>
<tr>
<td>Diversidade — os diversos campos são organizados e transformados em decorrência do processo de lutas por tipos de capital.</td>
<td>Homogeneidade — comportamentos reais miméticos.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(continua)
Campos de poder – Bourdieu | Perspectiva institucional

<table>
<thead>
<tr>
<th>Campos de poder – Bourdieu</th>
<th>Perspectiva institucional</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>O campo é definido pela relação de forças entre os atores e pelos tipos de capital em disputa.</td>
<td>O campo é definido por sistemas de regras compartilhadas.</td>
</tr>
<tr>
<td>Possibilidade de base de conversação, de alteração dos tipos de poder que estruturam o campo.</td>
<td>Legitimidade das estruturas existentes.</td>
</tr>
<tr>
<td>O campo está em relação com o espaço social que é um campo de forças (estrutura) e de lutas, dos atores sociais, pela sua reprodução ou transformação.</td>
<td>O campo organizacional está em um ambiente reficado.</td>
</tr>
<tr>
<td>Processo permanente de produção social / acumulação / transformação / reprodução.</td>
<td>Fase de estruturação a qual se segue a fase de institucionalização.</td>
</tr>
<tr>
<td>Resolução ou transformação das estruturas.</td>
<td>Estabilidade evolutiva das estruturas.</td>
</tr>
<tr>
<td>Articulação dialética entre objetivismo e subjetivismo.</td>
<td>Objetivo.</td>
</tr>
<tr>
<td>Construção estruturalista ou estruturalismo construtivista.</td>
<td>Positivismo sistêmico.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Legenda: □ – a interação parece possível; □ – aspectos mutuamente exclusivos; □ – diferenças paradigmáticas mutuamente exclusivas do ponto de vista da axiologia.

Em um primeiro olhar, pode-se indicar a possível interação na seguinte forma:

□ é possível focalizar, de modo articulado, em processos e resultados;
□ é possível abordar o dinamismo da produção social que, simultaneamente, produz acúmulos (estruturas) e atua dentro de limites e influências estruturais que são, sempre, criação de atores sociais em interação;
□ é possível contextualizar cognição e motivação, reconhecendo sua gênesis social, historicizando-as;
□ aspectos culturais podem ser vistos como acumulações e, simultaneamente, como recursos em disputa de interesses;
□ as organizações, compreendidas como construções sociais em movimento constante, podem ser vistas, através da ação intencional daqueles que as representam, como construindo e reconstituindo o campo organizacional;
□ o foco na compreensão de tendências à homogeneidade não impede o foco na identificação de particularidades, do dinamismo dos campos;
□ é possível estabelecer vínculos entre campo e espaço social, buscando compreender influências recíprocas;
□ a interação entre subjetivismo e objetivismo é a adotada por Bourdieu em sua filosofia da ação, sendo, portanto, possível.

Por outro lado, outros aspectos parecem ser mutuamente excludentes:
□ ação intencional versus ação comportamental;
□ organização construída socialmente versus organização reificada;
□ campo relacional versus campo regrado;
□ campo dinâmico versus campo estável;
□ movimento permanente e dialético de construção social versus sequência evolutiva de fases com início e fim;
□ estruturas podem mudar versus estruturas podem evoluir.

Finalmente, a última linha do quadro 2 se refere a aspectos paradigmáticos, atitudes filosóficas, que são, segundo as formulações de Lincoln e Guba (2000), incomensuráveis devido a diferenças axiológicas entre o construtivismo e o positivismo. Para Reed (1999), as narrativas racional, integracionista e de mercado se desenvolvem com base na ontologia realista e na epistemologia positivista, enquanto as tradições de poder, conhecimento e justiça são mais favoráveis a uma ontologia construtivista e a uma epistemologia convencionalista. “A primeira trata a ‘organização’ como um objeto ou identidade existindo como tal, e que pode ser explicada em termos de princípios gerais ou de leis que governam seu funcionamento. A segunda promove uma concepção da organização como sendo um artefato socialmente construído e dependente, que somente pode ser entendido em termos de convenções metodológicas altamente restritas e localizadas, sempre abertas a revisões e mudanças” (Reed, 1999:84).

Se olharmos novamente, a partir destas últimas considerações, para as linhas em cinza-claro (quadro 2), em que a interação paradigmática parece possível, pode-se perguntar se tal possibilidade não resultaria no abandono dos aspectos constituintes da perspectiva institucional e na sua substituição por uma lógica que lhe é estranha. Qual o significado, para o núcleo do institucionalismo, do abandono do foco em realidades fenomenais, na reificação da organização e do ambiente, na cognição e na motivação históricas; no determinismo do ambiente e no evolucionismo das estruturas; na estabilidade e homogeneidade, nas regras e padrões culturais, no objetivismo?
A noção de campo em Bourdieu exclui o funcionalismo e o organicismo. Os produtos de um certo campo podem ser sistematicos sem serem produtos de um sistema, e, especialmente, de um sistema caracterizado por funções comuns, coesão interna e auto-regulação. O campo é um espaço de relações de força (e não somente de significados) e de lutas, voltadas para transformá-lo, sendo, portanto, um espaço de constante e infindável mudança. A coerência que pode ser observada em um dado momento de um dado campo, sua aparente coerência em direção a uma função comum, se originou no conflito e na competição, não em algum tipo de autodesenvolvimento imanente da estrutura. Uma outra grande diferença é que o campo de poder não tem partes, componentes. Cada campo social tem sua própria lógica, regras e regularidades, e cada estágio na divisão de um campo envolve mudanças genuinamente qualitativas. Cada campo constitui uma potencialidade aberta de jogo, cujos limites são “fronteiras dinâmicas”, que também são objeto de disputa dentro do próprio campo (Bourdieu, 1992a).

A esta altura da sistematização, a questão central é, portanto, se, ao se promover a interação com aspectos da filosofia de ação de Bourdieu, permanecerá alguma coerência interna no corpo teórico do institucionalismo. Parece que não, parece que a própria razão de ser da perspectiva institucional como um artefato, um produto de definições sociais mediado por pré-concepções teóricas, como uma “teoria de interesse” (Perrow apud Astley, 1985), perderia o sentido.

Como um exemplo destas dificuldades, é interessante referir o esforço feito por Oakes, Townley e Cooper (1998) para ampliar o referencial institucional, utilizando as formulações de Bourdieu. Os autores buscam compreender o processo pelo qual agentes, em posição de dominação no campo de museus e dos sítios de herança cultural em Alberta, Canadá, introduzem, através de ações estratégicas centradas em práticas discursivas (utilizando a linguagem do planejamento corporativo) e de controle, mudanças nos tipos de capital do campo, redefinindo-o de modo a ter implicações não apenas sobre as vias daqueles que trabalham nas organizações que o compõem, como, também, no que vai ser considerado “história valorizada” no futuro.

Ao construir seu referencial teórico, Oakes, Townley e Cooper (1998) relacionam algumas implicações da utilização das noções de campo e de tipos de capital, no sentido de ampliar a perspectiva institucional.

A ênfase de Bourdieu em que cada campo tem sua própria lógica, já que diferentes tipos de capital tendem a impor sua própria lógica, ajuda a identificar o que constitui um campo, rompendo com o entendimento de estruturas organizacionais e de relações com base em desenhos convencionais.

A ligação entre legitimidade e o que está em disputa em uma instituição sobrevivente é mais claramente definida através dos conceitos de Bourdieu, do mesmo modo que as escolhas políticas envolvidas em mudanças. A noção de tipos de capital torna o conceito de legitimidade mais significativo, ao requerer o exame do que está em disputa na mudança e por perguntar que papel a legitimidade desempenha na constituição, preservação e troca de vários tipos de capital. Recusa, portanto, a implicação da perspectiva institucional de que as organizações têm uma substância material que existe separadamente das práticas organizacionais.

Para Bourdieu, a prática que é reconhecida como “técnica”, em um campo, é aquela que atingiu o status de ser considerada um fato dado, não sujeita a questionamentos. Passa, então, a compor o capital cultural do campo, é parte do que aqueles que estão no campo são capazes de identificar como natural e legítimo. Quando este tipo de capital cultural se perde o campo se torna aberto a questionamentos e redefinições. Esta noção de tipos de capital leva, naturalmente, a uma reavaliação das concepções a respeito do ambiente na perspectiva institucional.

Enquanto para muitas formulações do institucionalismo a mudança é problemática, para Bourdieu é parte do modo de ser do campo. Campos estão sempre em fluxo ou abertos a mudanças, porque os tipos de capital e as posições dos agentes são constantemente contestados.

Nesse trabalho os autores “ampliam” a perspectiva institucional, “substituindo” algumas de suas concepções (centrais) por outras, de modo coerente com a preocupação que os move — compreender um processo de transformação organizacional pautado pelos temas centrais do poder e da ideologia — e a partir de uma axiologia incompatível com a neutralidade positivista.

Do ponto de vista metodológico, os artigos de autores que se vinculam à perspectiva institucionalista relatam, em sua grande maioria, pesquisas quantitativas que buscam relações e regularidades entre atributos. DiMaggio e Powell (1991a) expressam claramente a sua opção metodológica ao criticar Parsons e Selznick não por terem feito as perguntas erradas, mas porque
oferecem respostas muito descritivas e historicamente específicas, ou tão 
abstratas que não tinham potencial explicativo. A pesquisa direcionada para 
a explicação vincula-se, claramente, à epistemologia positivista, em sua busca 
de relações causais entre elementos para, então, formular leis gerais que 
podem predizer o comportamento de tais elementos em situações similares. 
As formulações de Bourdieu, e os procedimentos de pesquisa em que 
se tem engajado, por sua vez, decorrem de práticas voltadas para a compre 
ensão e partindo do reconhecimento de que tanto o sujeito quanto o obje 
tivo são construções sócio-históricas que precisam ser problematizadas. Os 
critérios e conceitos utilizados são construções humanas e históricas e, sen 
do assim, não podem, por princípio, ser invariantes.¹³

Utilizar as formulações de Bourdieu implica, portanto, romper com 
uma tradição de estudos organizacionais. Implica, ainda, romper com outra tradição — a do estruturalismo, deixando de lado a análise de estrutu 
ras desprovidas de sujeitos que evoluem pressionadas por forças também 
sem sujeito para, em vez disto, analisar posições dos agentes em campos 
construídos por disputas entre detentores de recursos de poder, como con 
dição essencial para compreender a dinâmica de campos organizacionais, 
entendidos, agora, como espaços de força e de lutas.

Algunas considerações, ainda (sempre) provisórias, para encerrar

As publicações das últimas décadas têm supervalorizado a possibilidade 
da construção de consensos na disciplina de estudos organizacionais. Tan 
to em Donaldson (1985) e Pfeffer (1993), quanto em autores defensores 
da integração paradigmática (como Gioia & Pitre, 1990; Willmott, 1990, 
1993; Hassard, 1991; Schule & Hatch, 1996; Reed, 1999, entre outros), 
encontra-se a crítica à posição dos (pejorativamente) denominados “guer 
reiros dos paradigmas” (Willmott, 1993). Por outro lado, a adoção da for 
mulação de Lincoln e Guba (2000) traz um aspecto novo para esta discus 
são — a mútua exclusividade se justifica em função de axiologias 
contraditorias, trazendo a tese da incomensurabilidade para o campo do 
debate ético e político.

Assumir a incomensurabilidade, no nível da atitude filosófica e da 
axiologia, impede a conversação? Não necessariamente, a não ser que con 
versação seja tomada como sinônimo de busca de consenso e homogenei 
dade. Pelo contrário, conversar significa, segundo o Aurréo, falar, discor 
rer, tratar, discutir, conviver, sonhar o pensamento do outro. Pode-se dizer 
que conversar se refere a compartir semelhanças e diferenças, à vontade 
de trocar, de aceitar a diversidade e o desacordo, de chegar a consensos 
provisorios. No entanto, parece que uma certa influência hermanasiana está 
legitimando uma visão da conversação apenas como busca de entenda 
dimento.

Admitir que o dissenso é espaço proprio para a criatividade, como indi 
ca Lyotard (1998), implica assumir a diversidade e, por que não, a ambig 
uidade (Burrell, 1999) — no sentido de que os entendimentos são sempre 
limitados por conceituações e opções filosóficas e ideológicas, como quali 
dades da conversação.

Para encerrar, uma outra pergunta: “danificar”/”subverter” um certo 
modo de ver tem implicações positivas para um campo de estudos? Não, 
nem sempre, quase nunca não! Concordando com o “espírito” que artic 
ula os textos organizados por Clegg, Hardy e Nord (2001), considera-se 
que diversas opções devem estar abertas para serem utilizadas reflexiva 
mente, e para que identidades teóricas e políticas possam emergir e afir 
marse.

Referências bibliográficas
ALLISON, G. T Conceptual models and the Cuban missile crisis. The American 
ALVES, Paulo César. A perspectiva da análise social no campo da saúde: aspectos 
metodológicos. In: CANESQUI, Ana Maria (org.). Dilemas e desafios das ciências 
ASTLEY, W. G. Administrative science as socially constructed truth. Administrative 
BECKERT, Jens. Agency, entrepreneurs, and institutional change: the role of 
strategic choice and institutionalized practices in organizations. Organization 

¹³ Não é de se estranhar as críticas de DiMaggio (1979) a Bourdieu, pela falta de 
conceitos fechados e rigorosos.


